INTERESSADO: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS - (Centro de Convivência Intergeracional - CCINTER)

ASSUNTO: Transferência de administração

DESPACHO

I - À vista do constante deste processo administrativo SEI nº 6024.2021/0007140-2 e, em especial às manifestações favoráveis da Subprefeitura da Vila Maria/Vila Guilherme (doc. [089281655](#)), do DEUSO (doc. 073500215) e a Informação da CGPATRI/SAP (doc. [099057049](#)) que acolho, em razão da competência atribuída pelo artigo 54, inciso I do Decreto nº 62.208/2023, **AUTORIZO** a Transferência de Administração à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, de área municipal situada na Rua Dilce de Freitas da Silva, 111, Parque Novo Mundo, configurada na Planta DGPI-01.096_00 (doc. [098066760](#)), para implantação do Centro de Convivência Intergeracional - CCINTER;

II - Publique-se;

III - Em seguida, à CGPATRI-SCL para formalização do termo de transferência de administração;

IV - À CGPATRI- DIPI para as anotações de praxe.

São Paulo, 02 de abril de 2024.

TATIANA ROBLES SEFERJAN

Coordenadora de Gestão do Patrimônio Imobiliário | CGPATRI

Secretaria Municipal de Gestão | SEGES

RF. 782.380.1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 2

Documento: [101013551](#) | Ata

ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2024-COBES

Às 10:00 horas do dia 26 de março de 2024, reuniram-se a Pregoeira Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 58/2023 de 29/09/2023, em atendimento às disposições contidas na Lei Federal Nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal Nº 62.100/2022, referente ao Processo Nº **6013.2023/0004270-8**, para realizar os procedimentos relativos ao **Pregão Nº 90003/2024**. Modo de disputa: Aberto/Fechado. **Objeto:** Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

I) CLASSIFICAÇÃO:

1) VIP SEGURANÇA PRIVADA LTDA - CNPJ: 47.565.252/0001-21

Desclassificada/motivo: à pedido, por ter inserido o valor mensal na proposta ao invés do anual;

2) EMPRESA LIMPADORA AGUAI LTDA - CNPJ: 74.536.996/0001-90

Desclassificada/motivo: à pedido, por ter inserido o valor mensal na proposta ao invés do anual;

3) FCA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - CNPJ: 48.680.064/0001-07

Desclassificada/motivo: à pedido, por ter inserido o valor mensal na proposta ao invés do anual;

4) SOROCABA SERVICE SYSTEM TERCEIRIZADO LTDA - CNPJ: 39.151.848/0001-57

Desclassificada/motivo: não atendeu a convocação do pregoeiro (inseriu o valor mensal na proposta ao invés do anual);

5) FUTURA REPRESENTAÇÃO & NEGOCIOS LTDA - CNPJ: 48.280.734/0001-06

Desclassificada/motivo: não atendeu a convocação do Pregoeiro (inseriu o valor mensal na proposta ao invés do anual);

6) ADAPT - SOLUÇÕES SOB MEDIDA LTDA - CNPJ: 14.563.775/0001-80

Desclassificada/motivo: à pedido, por ter inserido o valor mensal na proposta ao invés do anual;

7) RBW DO BRASIL TERCEIRIZADO LTDA - CNPJ: 04.597.690/0001-69

Desclassificada/motivo: à pedido, por ter inserido o valor mensal na proposta ao invés do anual;

8) STP SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO PROFISSIONAL TODA - CNPJ:06.229.087/0001-26

Desclassificada/motivo: não atendeu a convocação do Pregoeiro (inseriu o valor mensal na proposta ao invés do anual);

9) TATSUO SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 19.424.958/0001-38

Desclassificada/motivo: o fornecedor foi convocado para o envio da proposta e documentos de habilitação no prazo de 2 (duas) horas, sem que nenhum documento tivesse sido anexado decorrido o prazo.

10) LLX SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA - CNPJ: 20.229.586/0001-78

Desclassificada/motivo: após verificação do Balanço Patrimonial verificou-se que a empresa não atingiu os índices exigidos no edital.

11) PAINEIRAS LIMPEZA E SERVIÇOS GERAIS LTDA - CNPJ: 55.905.350/0001-99

Classificada com o melhor lance de R\$ 1.475.273,8500 e com o valor negociado de R\$ 1.434.856,4400.

II) HABILITAÇÃO

Habilitado: PAINEIRAS LIMPEZA E SERVIÇOS GERAIS LTDA - CNPJ: 55.905.350/0001-99

com valor global total mensal de R\$ 119.571,37 (cento e dezenove mil, quinhentos e setenta e um reais e trinta e sete centavos) e valor global total anual de R\$ 1.434.856,44 (um milhão, quatrocentos e trinta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e quarenta e quatro centavos).

A proposta Comercial, planilha de composição de custos e documentos de habilitação atenderam às exigências editalícias.

III - PRAZO RECURSAL: Decorrido o prazo estabelecido para manifestação de intenção de recurso, não houve interposição.

IV- PUBLIQUE-SE: Nada mais havendo a declarar, foi encerrada às 11:04:25 horas do dia 03 de abril de 2024, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

A ata na íntegra encontra-se disponível no endereço do comprasgov (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), e no Processo Eletrônico

SANDRA SANTANA SALES

Pregoeira CPL/COBES

EUDES ALVES

Equipe de Apoio CPL/COBES

REGINA HELENA SUZANO ARANTES MIKALOUSKAS

Equipe de Apoio CPL/COBES

PATRICIA CAMPOS DE ARAÚJO

Equipe de Apoio CPL/COBES

MARIO ROMON

Contador

CPL/COBES

Secretaria Municipal de Habitação

CMH/CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Documento: [100980205](#) | Ata de Reunião

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CMH 8ª Gestão

Data da Reunião: 12 de dezembro de 2023 Local: Edifício Martinelli, Rua Libero Badaró nº 504, no Auditório do 10º andar, sala 101, Centro, São Paulo.

Aos doze dias do mês de dezembro do ano 2023, às 14h30, nas dependências das dependências do Edifício Martinelli, Rua Libero Badaró nº 504, no Auditório do 10º andar, sala 101, São Paulo - Capital, reuniram-se para a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação - 8ª Gestão, conforme lista de presença, os membros (as): **Conselheiros (as) presentes:** Sidney Nery (SEHAB) Marcos Moliterno (Instituto de Engenharia de São Paulo) Paulina Maria da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde) Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste) **Convidados (as) presentes:** Mônica Hussein Nasser (SEHAB/CMH) Maria Helena Ferreira de Almeida (SEHAB/CMH) Leon Jacques de Lima (SEHAB/ASSIST) Nilson Edson Leônidas (Conselheiro CMH-COHAB) Alfredo Eduardo dos Santos (COHAB) Ricardo Cabral Leal (COHAB) Hugo Louro (COHAB) Dulce Santana (Taquigrafia). **Conselheiros (as) ausentes (justificaram ausência):** Celso Aparecido Sampaio

(Universidade Presbiteriana Mackenzie) Isadora de Andrade Guerreiro (FAU-SP). **Conselheiros (as) ausentes:** Milton Vieira (SEHAB) João Cury Neto (COHAB) Aginaldo da Silva França (ANESP) Simone de Castro Melo (CIPROMP-SP) Vera Eunice Rodrigues da Silva (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste) Daniela Ferrari Toscano de Britto (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo) Álvaro Augusto Andrade Vasconcelos (APEMEC) Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP). **Pauta da Reunião: Item 1-** Aprovação da Ata da 4ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do CMH de 24/10/2023. **Item 2-** Solicitação de Voto CECMH nº 10/2023 - Ad Referendum na autorização de aporte de recursos do FMH para pagamento de despesas de consumo junto às concessionárias e serviços públicos geradas para os condomínios integrantes do Parque de Locação Social. **Item 3** - Apresentação da Execução Orçamentária de 2023. **EXTRA PAUTA Item 4** - Informes do Programa Pode Entrar-Melhorias- Decreto nº 62.873 de 25 de outubro de 2023 **Início Reunião: Sr. Sidney:** Boa tarde a todos. Já temos quórum, hoje é de 12 de dezembro de 2023, vamos dar início à 5ª Reunião da Comissão Executiva do CMH - 8ª Gestão. De acordo com o nosso Art. 10º aqui, o § 1º, nós já temos quórum suficiente para darmos andamento aqui na pauta do dia de hoje. Então, boa tarde a todos. No Item 1 eu vou submeter aqui à aprovação da Ata da 4ª Reunião Ordinária, da Comissão Executiva do CMH, que foi revisada em 24 de outubro de 2023. Se todos estiverem de acordo, permaneçam sentados como estão, por favor. Nesse sentido, registre-se aí a provação por unanimidade de voto da Ata da 4ª Reunião. Item 2 da nossa pauta é a Solicitação de Voto nº 1023, um *ad referendum* dando autorização de aporte de recursos ao Fundo Municipal de Habitação, para pagamento de despesas de consumo junto às concessionárias e serviços públicos, gerados para os condomínios integrantes do Parque de Locação Social. Aí o Nilson, eu convido também, por gentileza, para participar aqui da mesa, compor a mesa aqui. E aproveito também a oportunidade para falar aos senhores que eu tenho uma outra reunião, que começa às 14h30min. E após a apresentação do Nilson, o Item 3 da pauta, em diante ele vai conduzir os trabalhos. Então, muito obrigado. A palavra está com você, Nilson. Muito obrigado. **Sr. Nilson:** Obrigado, Secretário. Boa tarde, a todos vocês. Essa pauta, esse *ad referendum* aqui, ele é referente à insuficiência de recursos da arrecadação dos pagamentos da locação social, para honrar as contas de água e luz aqui nos condomínios. Não está incluso aqui o (ininteligível), são casos à parte. Mas os outros todos aqui o que acontece? Devido à interferência, devido às situações que venham se acumulando com a inadimplência ao longo do tempo, os moradores não tem condição de pagar aquelas contas de água lá. E tem um requisito na Resolução, que prevê que podemos fazer um aporte de recursos aqui com a aprovação do Conselho. Foi *ad referendum*, que é uma situação que chegou ao corte de água lá do condomínio, vocês sabem muito bem disso, Fátima, vivemos isso bem de perto isso aqui. Conseguimos reverter isso aqui, e a Sabsop foi lá e religou os imóveis, com o compromisso de pagarmos a conta aqui. Estou te falando de pagamento, de contas, não é uma conta de luz, estou falando do pagamento de conta de 2021, 2022, de 2023 ao longo desse ano todo. Esse montante chegou perto dos R\$ 700 mil, e aí essa Resolução é para aprovar esse repasse que as contas estão sendo pagas agora e tudo, já foi liberado isso aqui, por causa do *ad referendum*. E repassar para as concessionárias o pagamento das contas públicas, negociando para não cobrar juros e coisa e tal, com arrecadações no futuro que possa minimizar essa situação. Então, aqui é o voto para aprovar esse *ad referendum* referente a essas contas aqui. Se há alguma manifestação ao contrário, caso contrário, está aprovado. Aprovado o *ad referendum*. Aqui a apresentação orçamentária de 2023. Essa aqui nós já fizemos a prestação de contas disso, estou falando só do Pode Entrar. Então, tem a tabela aqui na tela aqui, que vocês receberam no segundo item, está detalhada aqui a execução orçamentária até novembro de 2023, referente aos gastos. Nós tivemos aqui, empenhado até novembro agora, R\$ 454 milhões, referente aos empenhamentos. Nós mostramos um detalhamento na última reunião do Conselho, mostrando esses arquivos, isso está disponível para vocês todos aqui. Aqui está o detalhamento de cada um dos valores que foram empenhados e os valores que foram liquidados e o valor pago. Você pode ver que há uma diferença entre o liquidado e o pago, mais ou menos R\$ 2 milhões, é que nesse período está em transição de pagamento, porque tudo que é liquidado vai ser pago, referente a essa execução. E o saldo aqui passa de R\$ 137,5 milhões, que é praticamente à medição do mês de novembro, de dezembro, isso aqui está pegando. Mas esse mês de novembro pode ter alguma medição que está um pouquinho para trás do processamento e tal, e entra nessa verba aqui. Esses valores que estão em R\$ 137 milhões, vão ser gastos integralmente agora, talvez não consiga chegar a 100%, desses R\$ 137 milhões, porque fizemos uma provisão orçamentária aqui nessa execução, que com o andamento do ritmo dos cronogramas, se por algum motivo teve alguma dificuldade de execução, esses valores ficaram um pouco reduzidos referente à implantação desses valores aqui. E claro que agora na execução orçamentária de dezembro agora, entra em uma situação chamada "restos a pagar". O que é o restos a pagar? É a medição de novembro, de dezembro, que fica para pagar em janeiro ou fevereiro, janeiro em diante aqui. Então fazemos uma inserção do saldo a executar, previsto de acordo com o seu cronograma que está lá. Então, esse valor já foi lançado, estão nos cronogramas. Algum caso pode ter tido algum corte desses valores? Pode, se a execução orçamentária sua, você tem uma previsão de fazer R\$ 20 milhões e você vai fazer R\$ 10 milhões, pode ter um corte de R\$ 10 milhões aqui, porque você na prática, não vai conseguir executar esse valor ao longo do final do exercício que está chegando aqui, mais duas semanas aí, três semanas para chegarmos ao final do exercício. Então, aqui não sei se vocês veem nesse quadro, há uma visão

detalhada de cada empreendimento, cada valor que foi criado, não necessariamente esse valor aqui é o valor do contrato, é o valor do exercício que foi lançado aqui, com suplementação que pedimos com outras verbas para atender à demanda do Pode Entrar Aquisição e Entidades. Aliás, com as empreiteiras e o pessoal das entidades aqui. Há alguma dúvida nesse quadro? Alguma colocação que vocês queiram fazer? **Sra. M^a Helena:** Foi encaminhado por e-mail. **Sr. Nilson:** Então, é uma maneira de mostrarmos uma transparência também nos lançamentos aqui, o pessoal estava com dúvida qual que estava entrando. Estão entrando todos, como sempre frisamos aqui, todos que têm condições técnicas de fazer o andamento ou chegar até à assinatura do Termo de Colaboração até essa data aqui, os recursos estão disponíveis aí para serem utilizados entre todos aqui. Alguma dúvida? Beleza. Qual era o próximo item? **Sra. M^a Helena:** É o extra pauta, do Pode Entrar Melhorias. **Sr. Nilson:** Então, eu chamo o pessoal aqui da diretoria de fomento. **Sr. Alfredo:** A ideia hoje do extra pauta, obrigado, inclusive, por ter incluído. Quando foi lançada a legislação do Pode Entrar, ela proibiu uma série de ações. Pode Entrar é o nome guarda-chuva, e abaixo dele nós vamos incluindo ações que possam ser utilizadas para melhorar a qualidade de vida e de moradia da população. E uma das situações que é mais grave para isso, e a maior contingência de ocorrência que nós temos, é justamente aquelas habitações que não estão aptas para moradia, a pessoa até tem, construiu com recursos próprios, mas ainda não reúne as condições adequadas, eventualmente tem que ter um banheiro, tem só um quarto, enfim. E uma das linhas de atuação da produção habitacional, seja por emissão direta ou pelo Entidades, uma das linhas de atuação que se propõe é um programa de melhorias habitacionais qualificando a moradia das pessoas, para que ela possa ter uma moradia adequada. A legislação já prevê isso. Recentemente foi publicado um decreto pelo prefeito municipal, que normatiza esse programa, funcionamento, público-alvo. Mas em respeito ao Conselho Municipal, estamos trazendo um comunicado, que nós iniciamos esse programa para a escolha de três unidades, que já estão passando por algumas obras. Para que serve isso? Para testarmos o modelo. Então, nós vamos medir *in loco*, contratando as empresas, são três unidades só, nós vamos contratando as empresas, selecionando a obra que deve ser feita, para medirmos se o orçamento está adequado. Não adianta lançarmos um programa e chegar lá na frente e falar: "Esse dinheiro não dá para fazer". Queremos fazer o teste de orçamento adequado, nós queremos fazer o teste daquilo que a nossa equipe técnica imaginou, que nas demandas das famílias. Que eu também posso ir na sua casa e dizer o seguinte: "Eu quero fazer o banheiro". Fala: "Não, estou precisando de um quarto". Então, também queremos entender isso aqui, que são as principais ações que devem ser feitas, se está adequada à demanda das famílias. Nós temos uma empresa contratada que está ajudando a escrever o programa com conosco, porque é muito importante que a linguagem seja adequada, para que a população também entenda o que é o programa, quais são os benefícios e direitos daqueles que foram selecionados. Então, em absoluto respeito, ainda que a legislação permita, ainda que tenha um decreto estabelecendo, em respeito tanto da SEHAB, quanto da COHAB, é trazer para o Conselho o primeiro informe de que nós lançamos o programa, selecionamos três unidades habitacionais e vamos fazer o teste agora no decorrer desse mês, e no mês de janeiro. Na primeira reunião ordinária, que deve ocorrer em fevereiro, aí sim vamos trazer o programa absolutamente aberto, com todas as informações com os critérios de seleção das famílias, que tipo de intervenção que nós vamos fazer na unidade. Vai ter custo? Não vai ter custo? Qual que é a meta que nós pretendemos atingir. E aí trazemos um pouquinho mais elaborado, inclusive com o retorno do que fizemos, se estamos no caminho certo ou não. Então, obrigado, por aceitarem extra pauta. E era mesmo em respeito ao Conselho, que trazemos esse informe, e que nós iniciamos o programa em um piloto, mas que antes de ele ganhar escala, nós traremos aqui toda a informação para o Conselho, para o Conselho tirar qualquer dúvida e fazer sugestões também. Era isso. Obrigado. **Nada mais havendo a tratar, o Senhor Nilson Edson Leônidas encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.**

Documento: [101010681](#) | Resolução

RESOLUÇÃO CMH Nº 179 de 2 de abril de 2024

APROVAÇÃO PARA ACEITE DE RECEBIMENTO DE ÁREA DE 17.404,57 M², REFERENTE AOS IMÓVEIS LOCALIZADOS NA RUA ULISSES CRUZ, QUE SERÁ INCLuíDA EM PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO PROMOVIDO PELA COHABSP, E QUE SERÁ DOADA PELA PROPRIETÁRIA IURD POR INTERMÉDIO DA RENÚNCIA A QUAISQUER VALORES A SI DEVIDOS A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO NO TOCANTE A TAL PROCESSO, CUMPRINDO-SE ASSIM COMPROMISSO FIRMADO EM TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, A QUAL SERÁ DESTINADA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL, POR MEIO DE PROGRAMA DE PROVISÃO DO MUNICÍPIO

(Voto CMH nº 13/2024 - 8ª Gestão).

O Conselho Municipal de Habitação - CMH -, na forma dos artigos 3º, 4º e 13, Item I da Lei nº 13.425/2002 que estabelecem suas competências e atribuições;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 4º e 5º da Lei nº 11.632/94, que estabelecem as principais atribuições da Secretaria Municipal de Habitação;

CONSIDERANDO o disposto no Parágrafo Único do artigo 4º da Lei nº 13.425/2002 que estabelece competência à Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação no acompanhamento da gestão do Fundo Municipal de Habitação;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 6º da Lei nº 11.632/94 que estabelece as principais atribuições da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB-SP na qualidade de agente operador do Sistema Municipal de Habitação;

CONSIDERANDO que através do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta à Lei (TAC) vinculada ao Inquérito Civil nº 14.0279.0000607/2010-1, firmado em 07/12/2018 entre Ministério Público do Estado de São Paulo, a Prefeitura do Município de São Paulo, a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB-SP e a Igreja Universal do Reino de Deus - IURD, estabeleceu, dentre suas obrigações, a necessidade pela IURD, de doação de terreno para a implantação de habitação de interesse social - HIS, como alternativa de compensação pelos danos e impactos urbanísticos causados pela construção do Templo de Salomão, situado na Rua Celso Garcia, nº 605, Brás, São Paulo - SP.

CONSIDERANDO a existência de escritura de promessa de doação da IURD para a COHAB[1]SP dos imóveis localizados na Rua Ulisses Cruz, lavrada pelo 8º Tabelião de Notas da Capital, Livro 3676, páginas 021/030, em 17 de outubro de 2016, como forma de compensação retro mencionada;

CONSIDERANDO que o imóvel objeto da proposta de doação será para a implantação de edificações com destinação integral para HIS, conforme rege o artigo 3º, parágrafo 2º da Lei Municipal nº 16.237/2015, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.768/2016;

CONSIDERANDO que dada à urgência da COHAB-SP em formalizar os processos relativos à desapropriação da área doada, pela proprietária IURD, por intermédio da renúncia a quaisquer valores a si devidos a título de indenização no tocante a tal processo, cumprindo-se assim o compromisso firmado no Termo de Compromisso de Ajustamento e Conduta (TAC);

CONSIDERANDO que na 6ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva da 8ª Gestão do CMH, realizada em 02 de abril de 2024, a Assessoria Técnica da SEHAB apresentou a solicitação de Voto nº CECMH Nº 13/2024 com as devidas justificativas.

CONSIDERANDO que o plenário da Comissão Executiva da 8ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva da 8ª Gestão do CMH, realizada em 02 de abril de 2024, aprovou por unanimidade a proposta feita pela Assessoria Técnica da SEHAB, através do Voto CECMH Nº 13/2024;

RESOLVE:

I - Aprovar o recebimento da área de 17.404,57 m² referente aos imóveis localizados na Rua Ulisses Cruz. A área será incluída em processo de desapropriação promovido pela COHAB-SP, e será doada pela proprietária IURD por intermédio da renúncia a quaisquer valores a si devidos a título de indenização no tocante a tal processo, cumprindo-se assim compromisso firmado em Termo de Ajustamento de Conduta, a qual será destinada para construção de unidades habitacionais de interesse social, por meio de Programa de Provisão do Município.

II - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

MILTON VIEIRA PINTO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

COORDENADORIA DE TRABALHO SOCIAL - CTS

Documento: [100169211](#) | Despacho deferido

PROCESSO SEI Nº 6014.2024/0001206-7

Despacho deferido

INTERESSADO: Antonio Avelino de Melo CPF: 270.***.***-**

Considerando as informações constantes nos autos, em especial, as manifestações juntadas em doc. SEI nº 099844781 e [099842644](#), que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, DETERMINO;

1. A exclusão do município Antonio Avelino de Melo CPF: 270.***.***-** do cadastro habitacional cujo titular é a Sr.^a Maria de Lourdes Melo, CPF 271.***.***-**, como ato de desmembramento do cadastro registrado no sistema de informações habitacionais desta Secretaria.

2. Publique-se

DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Documento: [100945018](#) | Despacho Autorizatório

À

SEHAB/Gestão de contratos

Sr. Diretor,

ASSUNTO: Autorização para celebração do 2º Termo de Aditamento contratual para fazer constar: (i) Prorrogação do prazo vigência contratual. (ii) Adoção do novo Cronograma Físico e Financeiro.

TERMO DE CONTRATO N. 011/2023-SEHAB

PROCESSO ELETRÔNICO (SEI) N. 6014.2021/0002440-0

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SEHAB

CONTRATADA: ALMEIDA SAPATA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, REPARAÇÃO, ADAPTAÇÃO, MODIFICAÇÃO, COMPLEMENTAÇÃO E REFORMA DO CONJUNTO HABITACIONAL ÁGUA BRANCA, INSERIDO NO PERÍMETRO DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA ÁGUA BRANCA (OUCAB).

DESPACHO:

I - À vista das informações constantes neste processo administrativo, em especial a justificativa técnica quanto à necessidade do aditamento proposto, apresentada pelo Departamento de SEHAB/OBRA, constante no Doc. (Sei [099663561](#) e [100888259](#)), a qual foi acolhida pela Diretoria de SEHAB/OBRA, constante no documento (Sei [099694384](#) e [100936135](#)), bem como pela Coordenadoria Físico Territorial (Sei [099695569](#)).

II - Considerando a concordância formal apresentada pela empresa Contratada quanto ao Aditamento Contratual, constante no documento (Sei [099663400](#) - página 7).

III - Considerando o Relatório apresentado pelo Consórcio Gerenciador HABITAÇÃO SP, constante no Doc. (Sei [099663400](#) - páginas 03 a 05).

IV - Considerando o Parecer de SEHAB/AJ constante no documento (Sei [100735832](#)).

V - No exercício das atribuições conferidas pelo Título de nomeação n. 447, de 03 de julho de 2023, publicado no Diário Oficial da Cidade de 04.07.2023:

VI - AUTORIZO com fundamento no artigo art. 57, § 1º e §2º da Lei n. 8666/93 e alterações posteriores, a celebração do 2º ADITAMENTO DO CONTRATO. 011/2023-SEHAB, firmado com a empresa ALMEIDA SAPATA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº 66.748.955/0001-30, objetivando as: "EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, REPARAÇÃO, ADAPTAÇÃO, MODIFICAÇÃO, COMPLEMENTAÇÃO E REFORMA DO CONJUNTO HABITACIONAL ÁGUA BRANCA, INSERIDO NO PERÍMETRO DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA ÁGUA BRANCA (OUCAB)", para fazer constar:

a) Prorrogação do prazo da vigência contratual por 02 (dois) meses a contar de 03.04.2024.

b) Adoção do novo cronograma físico financeiro, constante documento (Sei [099663400](#) - páginas 13 e 14), o qual passa a fazer parte integrante do Contrato n. 011/2023-SEHAB.

c) As despesas decorrentes da contratação neste exercício, onerará a dotação orçamentária n. 86.14.16.482.3002.3354.4.4.90.51.00.03.1.759.0709.0.

VII - Publique-se.

São Paulo, 02 de abril de 2024.

MILTON VIEIRA PINTO

SECRETÁRIO MUNICIPAL | SEHAB

VIII - Providências posteriores:

d) SEHAB/DAF/DGC para elaboração do 2º Termo de Aditamento e anotações necessárias.

e) SEHAB/DAF/DIA para publicação.

f) SEHAB/OBRA para ciência e demais providências.

DIVISÃO DE TRABALHO SOCIAL EM MANANCIAS

Documento: [099889953](#) | Despacho Autorizatório

6014.2024/0001209-1- Inclusão no Auxílio Aluguel de benefício continuado